

# Um plano de ação para a Macrometrópole Paulista



**RENATO VIÉGAS**

é arquiteto e urbanista, presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa) [www.emplasa.sp.gov.br](http://www.emplasa.sp.gov.br)

**A** nova ordem econômica mundial estrutura-se sobre uma rede de cidades globais. Nesse cenário de grande competitividade, elas compartilham hoje o mesmo desejo: tornarem-se metrópoles com bom desempenho funcional e ambientalmente sustentáveis – além de mais bonitas, acessíveis e seguras para seus habitantes.

Com essa preocupação, governos de todo o mundo, a exemplo de São Paulo, Londres, Barcelona, Tóquio, Chicago e Nova York, conceberam planos estratégicos de longo prazo, visando um futuro promissor para as cidades, com mais qualidade de vida para seus moradores.

Nesse contexto, o Estado de São Paulo, cuja capital é parte da terceira maior mancha urbana do planeta, apresenta situação bastante singular por abrigar, em uma área que corresponde a 20% do seu território, ampla região urbana denominada Macrometrópole Paulista (MMP).

Nesse espaço, estão agrupadas quatro regiões metropolitanas – São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte – e outras unidades regionais em seu entorno, totalizando 173 municípios. Trata-se de importante rede de cidades, integradas por um processo único de relações econômico-sociais, formando um novo desenho urbano ou nova escala de metropolização.

Mais impressionantes ainda são a diversidade e a força econômica que a região representa, concentrando mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e quase 30% do nacional, além de uma população de 30 milhões de pessoas. Todavia, às suas vantagens locais, que atraem empresas e pessoas, contrapõem-se problemas sociais típicos das dinâmicas urbana, econômica e social, que devem ocupar o centro das preocupações das políticas públicas para o território da MMP.

E é com esse objetivo que o Governo do Estado desenhou o Plano de Ação da Macrometrópole (PAM), que foi apresentado em meados de março aos novos prefeitos dos municípios que integram a MMP.

Importante instrumento de planejamento de longo prazo, com horizonte para 2040, o PAM orientará a formulação e implementação de políticas públicas e ações de governo nesse território. Será o passo decisivo para a prática do planejamento e da governança metropolitanos, que garantirão um amanhã com qualidade urbanística e superação dos entraves ao desenvolvimento econômico e social da região.

Patrocinado pela Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, a elaboração do Plano de Ação está sendo coordenada pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa), com a participação de 14

secretarias de Estado.

Seu principal resultado será a construção, até o final de 2013, de uma carteira de projetos estruturantes do território, com a definição de objetivos, responsabilidades, metas e custos, além da definição de fontes de recursos. Contando sempre com participação da iniciativa privada e da sociedade e, o mais importante, com acompanhamento e avaliação permanentes.

O que se pretende com isso é assegurar a competitividade econômica da região, bem como a conectividade e a coesão territoriais, com a promoção de uma urbanização inclusiva, que recupere passivos sociais e ambientais históricos e inaceitáveis.

Várias etapas do PAM já foram superadas: elaboração de diagnóstico, cenários e estratégia, efetuadas com o concurso de técnicos de diversas secretarias setoriais do Estado. Agora é o momento da definição de ações. Essa nova etapa envolverá os Conselhos de Desenvolvimento das unidades regionais instituídas, apoiados por suas respectivas Câmaras Temáticas e Especiais.

Com a participação de todos os prefeitos dos municípios pertencentes à MMP, será então realizada, ainda no primeiro semestre, a discussão da pauta metropolitana, culminando com a divulgação dos encaminhamentos e resultados obtidos pelo PAM. A transparência e participação articulada dos entes envolvidos certamente darão legitimidade à sua implementação.

Todas estas ações demonstram o empenho do governo estadual de dar centralidade à pauta metropolitana. Em pouco mais de um ano, foi instituído o Sistema de Desenvolvimento Metropolitano, que conta com uma secretaria específica, e criada a Câmara de Desenvolvimento Metropolitano (CDM), que congrega 11 secretarias estaduais.

Foram ainda aprovadas as leis de criação da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, das Aglomerações Urbanas de Jundiá e Piracicaba, além da reorganização da RMSP. Todas as RMs contam com um Conselho de Desenvolvimento, apoiado tecnicamente por uma agência – autarquia estadual – e um fundo.

Saldar a dívida social acumulada e preparar as metrópoles e o Estado de São Paulo para o futuro requer dos gestores públicos, dos planejadores e da sociedade empenho e atuação articulada. Sua mobilização em torno do processo de elaboração e viabilização do PAM é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada. 